

A HISTÓRIA INDÍGENA EM QUESTÃO: ENTRE A PESQUISA E O ENSINO

Cláudia Cristina do Lago Borgesⁱ

José Inaldo Chavesⁱⁱ

Vânia Cristina da Silvaⁱⁱⁱ

Apesar do avanço das pesquisas acadêmicas, bem como da consolidação e conquista de velhos e novos espaços político-institucionais e direitos, assegurados inclusive por recentes Constituições no Brasil e em outros países do continente americano, os povos indígenas ainda convivem com a falta de visibilidade, conhecimento e respeitabilidade sobre sua diversidade histórico-cultural.

Com isso em vista, este Dossiê foi projetado para ser um espaço de discussão sobre a questão indígena no mundo contemporâneo, considerando aspectos como os processos de construção histórica e cultural, os desafios impostos pela persistente colonialidade, como o racismo, a conservação ambiental e territorial e a legitimidade e efetividade dos direitos já conquistados.

Considerando a pertinência do tema nos espaços acadêmicos e escolares, a nossa ideia foi congregar artigos que apresentassem resultados de pesquisas feitas em diversas áreas de conhecimento, que abrangessem as temporalidades desde a conquista da América até os dias atuais, bem como os debates sobre o ensino de história indígena, sejam eles nas práticas escolares, nos currículos, na formação docente ou nas estruturas educacionais presentes nas escolas indígenas ou não indígenas.

A História das Américas tem seu marco no “descobrimento” das novas terras pelos conquistadores europeus. Desde então, a história dos povos indígenas foi renegada, sendo esses tratados no plano da selvageria e da barbárie. Foi somente a partir da segunda metade do século XX que o estudo sobre os povos indígenas passou a adotar novas perspectivas, especialmente com o surgimento de aprofundamentos teóricos proporcionados pelos contatos entre a história e a antropologia, pelas perspectivas críticas decoloniais e por conceitos como cultura histórica, agência e protagonismo.

Em diferentes vertentes, as pesquisas sobre os povos indígenas vêm ganhando espaço também da historiografia, em especial quanto aos impactos da colonização sobre os povos originários, cujos reflexos estão expostos nos processos de escravização, tomadas e ocupação de territórios, extermínios, conflitos, alianças, políticas indigenistas, tutelagem, entre outros, que se enraizaram no período das conquistas europeias e que afetam os indígenas até o presente.

Assim, as histórias indígenas são observadas em todos os grandes recortes cronológicos da história, sinalizando a variedade étnico-política das comunidades, a complexidade dos posicionamentos frente a invasores e aliados potenciais e a capacidade de resistir, adaptar-se e reexistir em contextos históricos adversos provocados por diferentes processos de colonização. E, é fato afirmar que, muito em função das lutas e reivindicações do movimento indígena contemporâneo, a historiografia recente reinterpretou não somente as dimensões históricas da presença indígena, como também a profundidade de suas agências.

Neste sentido, expandir essas reflexões para o campo do ensino também é essencial para alcançarmos a superação das persistentes dificuldades que afetam nossas culturas históricas a respeito dos povos indígenas. Ao lado dos recentes avanços na história ensinada, os diálogos entre a história e a antropologia também vêm contribuindo para conferir aos povos indígenas o lugar histórico que jamais lhes deveria ter sido retirado. Mas como tais inovações podem alcançar as práticas escolares? Com base nessa indagação, o Dossiê A história indígena em questão: entre a pesquisa e o ensino aborda a temática nos campos da pesquisa e do ensino de História a partir da discussão das fontes, acervos documentais, materiais didáticos, estruturas curriculares e de propostas de usos no cotidiano das salas de aula. Vejamos como os artigos selecionados contemplam essas iniciativas.

Abre o Dossiê o artigo de Ana Catarina Zema, que explora as recentes transformações ocorridas nos currículos de história no Canadá. Tais mudanças seguiram as recomendações da Comissão da Verdade e da Reconciliação daquele país, absorvendo críticas feitas pelos movimentos indígenas a respeito de como a história era e poderia ser contada e ensinada. Zema estuda o caso canadense e seus limites em sua relação com o Brasil, que, a partir da edição da Lei nº 11.645/2008, também estabeleceu um programa de obrigatoriedade do ensino de história indígena com resultados ainda modestos e muitos desafios quanto ao propósito contemporâneo de “indigenizar a História”, em suas palavras.

Susane Oliveira e Valéria Melo retomam as reflexões sobre o ensino e a didática da história aplicada à formação docente, tendo como alvo a reflexão crítica sobre a presença/ausência indígena na historiografia acadêmica e escolar. Nesse propósito, as historiadoras analisam experimentos didáticos realizados com estudantes da Licenciatura em História da Universidade de Brasília, que foram desafiados a produzir textos didáticos, voltados aos anos finais do ensino fundamental, que destacassem o protagonismo indígena, inclusive autoral, à luz da legislação vigente para o ensino da disciplina. Os experimentos revelaram, dentre outros aspectos, os impactos positivos no processo de ensino-aprendizagem e no combate aos racismos quando são utilizadas fontes indígenas e narrativas de autoria indígena na produção da história ensinada.

No artigo Identidade e representação indígena em periódicos brasileiros de História (2017-2022), Itamar Freitas apresenta extenso levantamento de dados coletados em revistas da área acerca dos povos indígenas, suas representações acadêmicas e a maneira como professores e cientistas vêm tratando a questão indígena no âmbito das práticas escolares e da produção do conhecimento histórico. Freitas aponta as fragilidades metodológicas e epistemológicas que ainda prejudicam a produção científica sobre os indígenas, mas, também, sugere caminhos para abandonar de vez a imagem de um indígena genérico e romântico, sem cair em novos estereótipos.

Revelando o avanço da produção científica sobre o ensino de história indígena e os livros didáticos na área, Kalina Vanderlei, Aline Araújo e Jesmary Macedo propõem uma reflexão sobre a história ensinada que parta das narrativas historiográficas construídas pelos povos indígenas, valorizando seus protagonismos. Para tanto, as autoras analisam livros didáticos utilizados nas redes de educação básica de dois estados brasileiros, Pernambuco e Tocantins, para identificar e problematizar o modo como a história indígena costuma ser tratada.

Perspectiva semelhante é adotada por Dayana Lima, em seu artigo A temática indígena na EJA do SESC Piedade/Pernambuco: experiências guiadas pelos estudos decoloniais e interculturais no Ensino de História. Em consonância com as diretrizes da Lei nº 11.645/2008, a autora aponta que a educação de jovens e adultos também é um espaço estratégico para a educação antirracista e que o ensino de história, sob a perspectiva

decolonial, pode contribuir com a superação da exclusão cultural e etnocídios que marcaram o modo como pensamos a História na sala de aula.

O artigo seguinte, de autoria de Patrick Rezende, surpreende o público historiador ao demonstrar a extensão da necessária incorporação de epistemologias indígenas aos diferentes campos do saber acadêmico. O autor escrutina os currículos dos cursos da Licenciatura em Letras-Inglês da Universidade Federal do Ceará para defender a articulação entre saberes indígenas e o ensino de línguas, adotando uma postura docente crítica e comprometida com a valorização de outras formas de conhecimento.

A seguir, Felipe Schulz Praia é autor do artigo “Indio libre” e “indio vago”: estratégias políticas indígenas no Paraguai independente (1812-1848). A pesquisa analisa a agência política e comportamento de indígenas durante o processo de Independência do Paraguai, entre 1812 e 1848. Tratando com fontes judiciais, Praia demonstra que a alteração jurídica da condição indígena, durante a formação do Estado Nacional paraguaio, conferiu aos nativos a possibilidade de um novo campo de reivindicações, fortalecendo estratégias que visavam contornar assimetrias e encontrar as “brechas” do desigual sistema normativo para obter vantagens e benefícios.

Em “A menina do lugar - Cafurna”: Metodologia de criação de livros infantis ilustrados, Tharcila Leão apresenta uma proposta didática, com a produção de um livro ilustrado, resultante de um projeto de extensão do Curso de Design de Interiores do Instituto Federal de Alagoas - Campus Maceió. O artigo discute a representação indígena de Palmeira dos Índios, a partir da Teoria das Representações Sociais, e mostra como a participação local pode ser vital na representatividade étnica e na preservação da memória e dos patrimônios culturais.

O próximo artigo deste Dossiê temático, de autoria de João Paulo Peixoto Costa, revisita a história de uma das revoltas mais emblemáticas do Brasil oitocentista – a Confederação do Equador, de 1824, ocorrida no atual Nordeste – para analisar a pouco conhecida, mas muito significativa presença e participação política de indígenas. O historiador esmiúça as estratégias dos indígenas da vila de Viçosa, no Ceará, que, aliados à D. Pedro I desde o processo de Independência, tiveram atuação primordial na perseguição aos revoltosos de 1824. Experiências locais, ambições e expectativas individuais e coletivas são avaliados como os elementos que fundamentaram as escolhas indígenas em um dos momentos mais conturbados de nossa história.

Vânia Maria Losada Moreira leva o Dossiê à história das mulheres indígenas, tema ainda aberto a contribuições originais, embora estudos clássicos e demandas sociais tenham colocado as mulheres no centro do debate contemporâneo sobre a questão indígena. Moreira aponta como a formação da sociedade colonial provocou graves impactos na organização social Tupinambá, reconfigurando, dentre outras coisas, os matrimônios nativos para instituir novas relações de gênero. O projeto missionário católico forjou novos padrões de comportamento que visaram submeter às mulheres indígenas ao patriarcado ocidental, acentuando assimetrias de gênero preexistentes.

O artigo “Disseram que eu não era índio de verdade”: racismo contra indígenas no sudoeste do Piauí, de Rebeca Freitas Lopes, traz original contribuição aos estudos sobre o racismo contra indígenas no tempo presente. Problematiza o suposto desaparecimento das populações indígenas do Piauí e os conflitos territoriais contemporâneos em torno dos processos de etnogênese e retomada que ocorrem naquele estado, considerando especialmente o caso dos Akroá-Gamella e Gueguê do Sangue. Para a autora, tais conflitos são a face do racismo que acomete esses povos, mas também revelam suas estratégias de mobilização e organização social.

No artigo *Emergência indígena na contemporaneidade: um relato de experiência na docência em Publicidade e Propaganda*, Soraya Barreto Januário analisa, por meio de uma interessante história de si, a sua prática pedagógica, articulada entre a oralidade Fulni-ô e a contação de histórias como métodos alinhados aos modos indígenas de ser e conhecer. Seu objetivo é estimular a reflexão sobre a representação e a presença dos povos originários na mídia e a importância de narrativas plurais, contribuindo para uma compreensão mais complexa e atualizada da história indígena no Brasil.

Já o artigo *A presença e a “ausência” de povos indígenas no tempo-espacó do Vale do Jaguaribe, Ceará*, de Geovana Mendes Barros, parte de um lugar-comum na história dos povos indígenas do Nordeste: a ideia de que eles desapareceram, de que seus descendentes vivos não são “índios de verdade”. Para tanto, considera a realidade histórica do Vale do Jaguaribe, no Ceará, para a questionar a suposta “ausência” de indígenas na região, demonstrando que, a despeito do violento processo colonial, marcas dos passados e dos presentes indígenas permanecem vivas no cotidiano, territorialidades e saberes tradicionais, sugerindo um legado ancestral que marca a memória e a história locais.

Por fim, em “*A polifonia das vozes que silenciam: considerações sobre o fazer historiográfico em narrativas de trajetórias indígenas*”, João Maurício Gomes Neto enfatiza a importância do lugar social dos indígenas amazônicos, em especial de Rondônia, a partir de uma perspectiva historiográfica e jornalística. Para o debate, o autor apresenta o contexto dos indígenas em três perspectivas de narrativas: a evangelizadora e civilizatória; a do entrave, em que se apresentam as ações e reações de hostilidades e violências sobre os povos; e a do silêncio, na qual se discutem as denúncias de aculturação e os anseios por originalidades.

Assim, diante desse rico acervo de saberes, desejamos que tenham uma rica experiência de leitura e aprendizado com esse Dossiê, que revela a pujança e o amadurecimento científico da produção sobre a história e o ensino de história indígena no Brasil e nas Américas.

ⁱ Doutora pela UNESP. Professora Associada da UFPB. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0416996435431458> E-mail: claudialago.rn@gmail.com

ⁱⁱ Doutor pela UFF. Professor Adjunto da UnB. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3413426619092556>. E-mail: jose.inaldo@unb.br

ⁱⁱⁱ Doutora pela UFG. Professora da rede estadual de ensino do Mato Grosso do Sul (MS). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0466224727565914>. E-mail: vaniac_historia@hotmail.com